



Anais da Assembléia

N.º 118

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE SETEMBRO DE 1.977

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 180ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1.977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Augusto Carneiro.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo e Wilson Fortes (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 108/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem 56/77, ex-Proposição 124/77 — aprova o convênio celebrado em adiantamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Cambé, objetivando melhoria no ensino de 1o. grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.—

O SR. RENATO BERNARDI (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e solicita ao Sr. 1o. Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de “quorum”.

(É procedida a chamada dos Srs. Deputados) (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Responderam a chamada 31 Srs. Deputados.

Há “quorum” para prosseguimento da sessão e conseqüente votação.

Em votação o Projeto de Resolução Número 108/77.—Aprovado

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 22, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução Número 109/77.

Levanta-se a sessão.

3a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 8a. LEGISLATURA

ATA DA 181a. SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1.977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Rosário Pitelli.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo e Wilson Fortes (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO NÚMERO 184/77

Curitiba, 21 de setembro de 1.977.

Senhor Presidente.

Tenho o prazer de designar para integrar a Comissão Especial requerida para investigar problemas relacionadas com a ação policial no Município de Araucária, os Deputados EZEQUIAS LOSSO, LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA e AUGUSTO CARNEIRO.

Sendo o que me cumpria manifestar, reitero-lhe protestos de estima e distinta consideração.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com apoio do Plenário, requer regime

de urgência para o Projeto de Lei Número 123/77.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977

(a) JORGE SATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Demétrio Assis Benvenutti, ocorrido ontem, dia 20, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1.977.

(aa) Ernesto Gnoato e Domício Scaramella.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO PAVAN, ocorrido hoje, na cidade de Jardim Alegre, deixando muitos amigos e uma grande família de projeção na cidade, entre eles seu neto Sr. ANTÔNIO PAVAN, Vereador em Jardim Alegre.

Requer outrossim, da aprovação, seja dado ciência à família enlutada, em Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1.977.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos desta sessão, de voto de regozijo pela passagem do Dia do Radialista.

Em trabalho permanente, o radialista presta à Nação trabalho de real utilidade pública, informando nossos patriotas em todos os rincões do território nacional a respeito de assuntos de maior interesse.

Com idealismo e retidão desenvolve sua árdua missão, enfrentando, muitas vezes, percalços de todas as naturezas no desempenho de suas atividades, e, por estes motivos merece o nosso respeito e a nossa admiração.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Sr. Presidente do Sindicato dos Radialistas do Paraná, e aos Srs. proprietários de emissoras em nossa Estado, cumprimentando a nobre classe pela passagem da sua data.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1.977.

(a) MAURÍCIO FRUET.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A data de hoje assinala o transcurso do DIA DOS RADIALISTAS, marcando o momento em que as homenagens convergem àqueles que, com trabalho e esforço, inteligência e talento, se dedicam a uma das mais importantes funções sociais: a de informar, de plasmar, de orientar a opinião pública, aduzindo lazer e entretenimento como metas de seu trabalho.

Diuturnamente, em todas as áreas, está presente o trabalho do radialista, indiscriminadamente falando a todos, levando a notícia que orienta, orientando com a opinião que expõe, divertindo com o entretenimento que sua capacidade cria, proporcionando lazer com a musicalidade que irradia, sendo, enfim, um instrumento a operar em favor da Cultura das populações.

A sua atuação, por força da conjuntura, se encontra, é verdade, hoje, limitada em algumas partes e cerceadas em outras.

Isso, todavia, não compromete a sua ação, nem diminui a sua honradez profissional.

Contrariamente, o coloca, com os sacrifícios que a situação exige, como mais um obreiro de um futuro melhor e mais perfeito.

Diante do exposto, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer na forma regimental, a consignação de voto de efusivas congratulações com os trabalhadores em radiodifusão em nosso Estado, pelo transcurso, hoje, do DIA DO RADIALISTA.

Outrossim, requer ainda, se dê ciência da decisão da Casa, por inteiro teor deste expediente, ao Sindicato dos Trabalhadores em Radiodifusão do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1.977.

(a) ENÉAS FARIA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor ao Delegado Estadual do IBDF, Sr. HUMBERTO JOSÉ JUSI, pelo fornecimento de 100.000 (cem mil) mudas de árvores que foram distribuídas ao povo paranaense em comemoração: abertura da Semana da Árvore.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Sr. Delegado, pela oportuna a feliz iniciativa cumprimentando-o e aos demais funcionários do citado Instituto à Rua Brigadeiro Franco - 1.733, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1.977.

(a) Domício Scaramella.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer o envio de ofício ao Exmo. Sr. SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO, General ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, nos seguintes termos:

Excelência:

Municípios Londrinenses, nos últimos meses, vêm sofrendo grandes prejuízos com a ação de quadrilhas organizadas que depenam os veículos de seus acessórios nas proximidades dos Clubes Recreativos, nos locais de trabalho onde estacionam elevado número de automóvel e até mesmo nas garagens residenciais.

A inexistente ou impotente ação policial, incentiva a elevação de ocorrências e o londrinense lesado já se conforma com os prejuízos, com muitos nem mais registrando queixa, visto que raramente alguém é ressarcido dos objetos furtados.

Face à situação reinante no progressista Município de Londrina, solicitamos a Vossa Excelência que determine providências no sentido de agilizar o trabalho dos agentes lotados naquela Delegacia de Polícia, assim como, o retorno da dupla "Cosme e Damião" com a utilização do efetivo do 5o. batalhão da Polícia Militar, objetivando por fim a ação das quadrilhas organizadas que lá vêm agindo sem nenhuma repressão.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1.977.

(a) DEL CIEL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado, ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, nos seguintes termos:

EXCELENCIA:

O Município de Ortigueira, enquadrado entre os maiores em extensão territorial de nosso Estado, em pleno desenvolvi-

mento na exploração agro-pecuária, ressentido-se da falta de segurança, visto que aquela Delegacia não conta com nenhuma viatura para atender as buscas e prisões que se fazem necessárias.

Assim sendo, solicitamos a atenção de V. Exa., para a necessidade de dotar aquela Delegacia com pelo menos 2 (duas) viaturas, de condições materiais e humanas para que os responsáveis pela segurança dos Municípios de Ortigueira tenham condições de lhes assegurar a tranquilidade e a paz, fatores fundamentais que devem prevalecer em todos os Municípios do Paraná.

Confiante no pronto atendimento de V. Exa., apresentamos as nossas mais cordiais saudações.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977.

(a) DEL CIEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam endereçados ofícios aos Exmos. Srs. Presidente da República e Ministro da Agricultura, sugerindo a adoção de leis especiais que possam por um parapeito à caça predatória e indiscriminada que hoje se faz no Pantanal de Mato Grosso, ameaçando de extinção uma das mais importantes reservas da fauna brasileira e oferecendo, por igual, sensíveis riscos para a imponente reserva florestal que ali existe. O clamor é geral — e bem por isso, juntamos a nossa voz às mais categorizadas vozes que se levantam, em todo o País, cujas vistas se voltam hoje para este crucial problema, cuja solução maior está na dependência exclusiva de leis federais que possam, efetivamente, coibir tais abusos.

Por outro lado, solidarizamos-nos com a campanha levantada pelo Engenheiro Florestal Paulo Benedito de Siqueira, Delegado do IBDF em Mato Grosso, que visa a criação de um Parque Nacional no referido Pantanal — sem o que, dentro de dois ou três anos toda aquela área imensa (de cerca de 200.000 quilômetros quadrados) estará seriamente comprometida pela ocupação indiscriminada e é pela atividade predatória de caçadores e fazendeiros — o que, em verdade, representa a grande solução, com vistas à preservação de um dos mais belos e ricos recantos naturais do Brasil.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Tendo este parlamentar participado de um Congresso que se realizou de 10. a 05 do mês em curso, em Poconé, no vizinho Estado de Mato Grosso, tomamos conhecimento de que uma das maiores reservas da fauna e da flora nacional está sendo exterminada por caçadores contrabandistas e fazendeiros que empregam, inclusive, o denominado “agente laranja” para a formação de pastagens. Acresce ainda, que segundo cálculos de pessoas insuspeitas, que ali residem, somente nos fins de semana aproximadamente três mil, o número de caçadores e pescadores que afluem ao Pantanal e praticam a pesca e caça predatória, bastando citar, como exemplo, a incrível mortandade dos jacarés (grandes e pequenos) para aproveitamento do couro — que é contrabandeado para fora do País. No Pantanal, outrora repleto de onças pintadas e pardas, hoje já rareia esta espécie animal, o mesmo acontecendo com as pernaltas, aves que pela beleza de suas plumagens, enfeitam as margens da Transpantaneira, e que são mortas apenas pelo prazer de matar. Há pois que se condenar os interesses políticos e econômicos predominantes naquela região — que até agora frustraram todas as tentativas feitas em prol da criação do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense.

Concluindo, o objetivo principal do nosso requerimento é a criação de uma legislação especial, que possibilite maior fis-

calização em toda a área, visto que, atualmente, o IBDF em Mato Grosso não dispõe de elemento humano necessário para a fiscalização que deve ser exercida, contando apenas com trinta ou quarenta homens para todo o Estado.

Tomamos a liberdade de anexar ao presente requerimento, recortes do jornal “O Estado do Paraná”, edições de 9 e 10 de setembro corrente, onde este importante assunto é abordado e todas as suas nuances, e diferentes arestas, submetidas agora à apreciação das mais altas autoridades do país — este Brasil imenso — cuja riqueza maior é a terra e tudo o que nela contém.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que S. Exa. determine à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, a prestação das seguintes informações a esta Casa:

- 1 — Por que razão os Policiais Militares do Paraná não estão recebendo em seus vencimentos a gratificação por conta de risco de vida?
- 2 — Esclarecer os motivos que impedem a corporação da gratificação em referência já a partir dos vencimentos correspondentes ao próximo mês.
- 3 — Se houver Legislação que impeça o Poder Público de efetuar o pagamento da gratificação por conta de risco de vida aos Policiais Militares do Paraná, informar amplamente qual.

Não acredito que haja em vigor, qualquer instrumento de lei, que proíba o pagamento do benefício referido à Polícia Militar do Paraná. Por outro lado, poderíamos criar leis e decreto que garantem direito líquido e certo no pagamento por parte do Governo da gratificação por conta de risco de vida. Mesmo o Código de Vencimentos da PMEP em vigor, estabelecido pela Lei no. 6417, do mês de junho de 1973, em seu Artigo 114, mostra com clareza a existência da gratificação em tela.

Creio que os Policiais Militares beneficiados pela gratificação do TRV, têm Direitos Plenos de a receberem desde 10. de novembro de 1964, quando o Governo interrompeu o pagamento. São quase treze anos de retenção de uma parcela dos vencimentos de aproximadamente treze mil homens integrantes da Polícia Militar do Paraná. Uma estimativa preliminar nos leva a observar que o débito do Poder Público Estadual para com a corporação militar deve ultrapassar a casa dos 500 milhões de cruzeiros.

Evidentemente, deve ter ocorrido má interpretação da lei. Creio até que o Governo Jayme Canet Júnior não tenha ainda estudado o assunto simplesmente por não haver sido provocado para tal. Preliminarmente entendo também que seria imprevidência se permitir que a “bola de neve” fique maior, pois não interessaria sob aspecto nenhum ao Estado. Nestas condições, já a partir do próximo mês, deve o Governo incorporar aos vencimentos da Polícia Militar a GRATIFICAÇÃO POR CONTA DE RISCO DE VIDA.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977.

(a) VALTER PIETRANGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado do Paraná, no sentido de que o mesmo determine à Empresa Paranaense de Turismo - Paratur, imediatas providências para efetivação de estudos, levantamentos e medidas para exploração turística de SALTO CAVALCANTI, no Município de Tomazina.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977.

(a) VALTER PIETRANGELO

JUSTIFICATIVA:

Para respaldar o presente requerimento, valho-me de trechos do texto de autoria do jornalista Valmir Grein, inserido na edição de 14 do corrente mês, à página 6 da "Folha de Londrina", com chamada para a primeira página.

Sob o título - QUEM DÁ MAIS? ESTÁ EM LEILÃO UM PONTO TURÍSTICO DO PARANÁ - Grein escreveu: "A notória ineficiência dos órgãos oficiais responsáveis pela exploração do turismo no Paraná e a indisponibilidade financeira do Município de Tomazina mandam a leilão hoje, (14-09-77), no Rio de Janeiro, um dos potenciais turísticos paranaenses: o Salto Cavalcanti, no Norte Pioneiro, justamente quando o acesso à essa beleza natural torna-se mais fácil, através da moderna rodovia Parigot de Souza. Com isso, o Paraná mostra-se incapaz de mostrar as suas próprias belezas naturais, oferecendo-as para que outros as explorem". E continua: "Anúncio na edição de domingo de 'O Estado de São Paulo' oferece 'rara oportunidade para empresas hoteleiras, companhias de turismo, fazendeiros e investidores' mostrando a eles áreas de terras com 17 alqueires nas fazendas Faxinal e Corredeira, cortadas pelo Rio Cinzas e abrangendo 'a belíssima queda d'água de excepcional atração turística, denominada SALTO CAVALCANTI', na cidade de Tomazina, e distante 180 km de Curitiba, além de localizar-se na divisa dos Estados do Paraná e São Paulo".

Ao final de sua reportagem, Valmir Grein descreve SALTO CAVALCANTI - "Espécie de miniatura de uma das partes das Cataratas do Iguaçu, o Salto Cavalcanti situa-se no rio Cinzas, próximo à nascente. Avista-se a catarata em quase toda sua largura - aproximadamente 200 metros - calculando-se que tenha 20 metros de altura. Entretanto, essa largura corresponde apenas à queda de um dos braços do rio. O segundo, bem menos caudaloso, projeta a água sobre uma outra parte, mas em quantidade insuficiente para formar uma cortina permanente. Só quando o rio tem a sua cheia máxima, esse braço forma a sua própria catarata, ENTÃO, O ESPETÁCULO É EM DOBRO".

Diante de tal quadro, resta tão somente ratificar a dedução lógica de que, realmente, o órgão responsável pela divulgação e pela implantação de infra-estrutura para melhor aproveitamento dos infindos potenciais turísticos do Estado, simplesmente desconhece ou aparenta ignorar o quanto a natureza foi pródiga para com o Paraná.

Daí a motivação de nossa proposição. Esperamos que providências sejam levadas a termo, com imediatismo, pois a indústria turística valorizada representa dinamicidade de um Estado e é fator de divisas.

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de iniciar o assunto que me traz à tribuna, na tarde de hoje, gostaria de registrar a presença de dois nobres Vereadores, do Município de Nova Aurora, que aqui estão abrilhantando com as suas presenças os trabalhos desta tarde. Levem, os homens que representam o povo de Nova Aurora, a saudação do Legislativo Estadual.

Assumo a tribuna, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para registrar que recebi convite do DER para inauguração do trecho da BR-153, União da Vitória a Erechim, no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma obra realizada pelo Governo Federal, com uma extensão total de 246 km., na região oeste do Estado de Santa Catarina, Sudoeste e Centro do Paraná e noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, obra efetuada com toda a técnica, com uma largura da pista de 7,20m em concreto asfáltico, enfim, dentro de toda a moderna técnica rodoviária.

Esta obra consumiu recursos no valor superior a oitocentos e oitenta bilhões de cruzeiros, aproximadamente, para servir a um tráfego superior a dois mil veículos diários. Esta estrada que será inaugurada no próximo dia 23, significa o marco da afirmação econômica da região centro do Paraná e região leste, porque ela é um segmento da Transbrasiliana, que irá ligar, posteriormente, ao Município de Palmas, Clevelândia, Mariópolis e Pato Branco, sendo esta obra executada com recursos estaduais, e haverá de ligar Pato Branco a Francisco Beltrão, depois a Ampere, Santa Izabel, Realeza, Capanema e Planalto, numa extensão total de mais de 300 quilômetros.

Com isto o Sudoeste ficará servido da sua grande via de escoamento para a sua intensa produção. No passado, inclusive, chegou-se a denominar a rodovia asfaltada BR-153, a Palmas, a Clevelândia, Mariópolis e a Pato Branco, como a rodovia da nossa desesperança, inclusive, o ex-Prefeito de Palmas, Dr. José Maria, juntamente com tantas outras lideranças enviaram memoriais inúmeros, denominando esta estrada no início do Governo Jayme Canet Júnior, como a rodovia da desesperança.

E hoje, ao invés da desesperança, comemoramos a vitória da grande via asfaltada, pois no próximo dia 23, o Governo Federal, com a presença do eminente Presidente Ernesto Geisel, vai inaugurar a estrada. Ela significa também uma resposta àqueles que afirmam que o Governo Federal nada aplica no Estado do Paraná. Mas significa, sobretudo, a crença de que através da rigidez do concreto armado, da plasticidade das obras de arte, se uniram, formando uma peça única, onde os detalhes gravados deixarão para a posteridade o trabalho épico de um povo.

A pecuária, a agricultura e a indústria, associaram-se ao homem, para demonstrar uma pujança indômita, onde todos se colocam para o bem estar comum.

Com o advento da rodovia asfaltada, aqueles que ainda dormitam, serão sacudidos por uma sede de vencer, pois os vales, serras e cochilhas, não mais serão impecilhos para o objetivo final.

Este trecho Sr. Presidente, Srs. Deputados, leio do convite que o DNER distribuiu a esta Casa e congratulo-me com o Governo Federal, mas sobretudo, com o povo de União da Vitória; com o povo de Palmas, com o povo de Clevelândia; com o povo do Sudoeste, pela vitória da estrada que significará afirmação e por que não dizer, a redenção econômica da nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Casa, um requerimento que passamos a ler. (Lê):

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final assina o presente requerimento, na forma preconizada pelo Regimento da Casa, requer seja oficiado aos Srs. Ministros da Fazenda e da Agricultura, assim como ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A, enfatizando a necessidade urgente de serem tomadas medidas adequadas e concedidos créditos especiais aos cafeicultores paranaenses para fazer frente aos prejuízos que o chamado "bicho-mineiro" vem fazendo às lavouras de café, onerando ainda mais o custeio de produção.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1977.

(a) RENATO BERNARDI

JUSTIFICATIVA:

As lavouras de café no Paraná vem se recuperando dos danos que a geada de 1975 provocou, levando nossa produção praticamente à estaca zero. Causou, igualmente, uma diminuição do universo cafeeiro estadual de cerca de 300 milhões de

unidades. Mesmo assim, o cafeicultor resolveu enfrentar galhardamente a adversidade, e, hoje, nossos cafezais apresentam uma paisagem que já foi a responsável pela ocupação de fronteiras agrícolas novas. A longa estiagem ocorrida a partir de fevereiro antecipou as floradas em cerca de 40 dias. O IBC, por seus técnicos tem previsto dados auspiciosos para a safra 77/78, chegando a prever uma safra de 12 milhões de sacas. Há fatos que estão afetando nossa cafeicultura, desmentindo estes números excessivamente otimistas: 1.) o preço interno do café situado em Cr\$ 2.000,00 a saca de 60,5 kg. apenas desestimula o produtor.

2). O aumento do confisco cambial do café, hoje de US\$ 160 ou Cr\$ 2.403,20 por saco de 60,5 kg.

3). As restrições de crédito assumidas pelo Governo Federal, a título de combate inflacionário.

4). A praga conhecida como "praga mineira" ou "bicho-mineiro" que, em algumas regiões, está a derrubar toda a folhagem dos cafezais, impedindo que os pés possam reter uma carga realmente grande e precoce".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o café, que já foi a grande riqueza e a mola mestra do desenvolvimento do Paraná, sofreu um golpe violentíssimo com a grande geada de 75. Os preços subiram no mercado internacional havendo inclusive cotação interna de cerca de 4.600 a 4.700 cruzeiros a saca.

Com uma falta de previsão total da atual direção do IBC o Brasil, no primeiro semestre, angustiado e apertado por uma dívida externa cada vez mais galopante, acabou por exportar o café além das cotas que a temeridade poderia aconselhar. E hoje o IBC fazendo uma política interessantíssima, o que o Sr. Camillo Calazans chama de "enxugar o mercado externo". Paga ao café do produtor brasileiro dois mil cruzeiros a safra internamente, mas compra o mesmo café no mercado externo a três mil novecentos e vinte cruzeiros a saca de 60 quilos na tentativa que ele chama de "enxugar o mercado externo", para irem diminuindo os estoques internacionais. Provocar uma alta nos preços do produto.

Entretanto o lavrador paranaense que assistiu este ano uma estiagem das mais sérias que o Paraná já observou não havendo praticamente inverno, ocorreu um fenômeno interessante que as floradas previstas para o final de agosto, começo de setembro, ocorreram efetivamente, na última semana do mês de julho.

E os facezais paranaenses, portanto, apresentam hoje uma carga acima da média normal observada. Mas, paralela e concomitantemente, a folhagem dos cafezais está sendo afetada e atingida em algumas regiões violentissimamente, pelo que o lavrador chama de "bicho mineiro" ou "praga mineira", uma espécie de fungo que amarelando as folhas dos cafezais, acaba por derrubá-lo. E uma carga desta natureza exige uma cobertura vegetal adequada para reter esta mesma carga. Com o pacote econômico que o povo brasileiro foi brindado a partir de junho coroando o pacote político de abril, mostrando a total insensibilidade dos homens que dirigem a política econômica deste Governo, houve também uma restrição de crédito agrícola e o cafeicultor paranaense, principalmente o pequeno e médio cafeicultor, não pode esperar até os meses de novembro e dezembro que o Sr. Simonsen, tendo sucesso em sua chamada "luta inflacionária", possa finalmente reabrir as carteiras de empréstimo agrícola.

É preciso que nesta Casa especificamente os Srs. Ministros da Agricultura e da Fazenda, o Sr. Presidente do IBC, o Sr. Presidente do Banco do Brasil, atentem para o problema que podem, inclusive, dar uma redução na safra cafeeira do Paraná em cerca de dois milhões de sacas.

E não há qualquer justificativa por parte do IBC para esta demora na concessão destes financiamentos ou destes créditos especiais para o combate à "praga mineira".

Numa safra de oito milhões de sacas, só no confisco cam-

bial do café, o IBC há de arrecadar no Paraná um bilhão, duzentos e oitenta milhões de dólares americanos, que cotados hoje, a quinze cruzeiros e dois centavos, deve representar cerca de vinte bilhões de cruzeiros. Não há justificativa, principalmente quando o combate à "praga mineira" faz-se apenas com um preparado à base de BHC, que não é, efetivamente, o defensivo mais caro que existe hoje no mercado brasileiro, de proteção à lavoura. Somente o ICM que não é pago ao Paraná numa safra desta natureza representará dois bilhões, 680 milhões de cruzeiros.

O Governo Federal através do Ministério da Agricultura...

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo que dispunha na tribuna já se esgotou.

O SR. RENATO BERNARDI — Concluirei, Sr. Presidente.

Não há justificativa portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para o retardamento desses financiamentos. O que o IBC, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Indústria e Comércio retiram do Paraná é tanto, que é questão de comensinha justiça que volte alguma coisa, ainda mais em proteção à própria produção paranaense.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a satisfação de registrar as presenças, na tribuna de honra da Casa, dos Srs. Vereadores Silvério Petronilho e Joaquim Francisco Ramos, o primeiro, da Arena, o segundo, do MDB, ambos da Câmara Municipal de Nova Aurora.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por delegação da bancada maringense nesta Casa, vimos à tribuna para justificar e apresentar requerimento, manifestando profundo pesar pelo passamento do brasileiro Joubert de Carvalho, ocorrido ontem no Rio de Janeiro.

Nós, de Maringá, que conhecemos Joubert de Carvalho, que durante a nossa legislatura na Câmara de Vereadores tivemos a honra de lhe outorgar o título de Cidadão Honorário de Maringá, acostumamo-nos não apenas os políticos, mas toda Maringá, a ver, na figura de Joubert de Carvalho, além da figura humana, o verdadeiro embaixador maringense no Rio de Janeiro e por todo o Brasil.

Por tudo isto, Sr. Presidente, formulamos o seguinte requerimento (Lê):

Senhor Presidente.

Os Deputados que ao final subscrevem o presente, dentro do preceituado pelo Regimento Interno da Casa, tendo em vista o infausto acontecimento que comoveu a opinião pública nacional, com o falecimento ontem, na cidade do Rio de Janeiro do médico, compositor e grande patricio, JOUBERT DE CARVALHO, requerem a inserção em ata de um voto de profundo pesar, assim como seja oficiado à família enlutada, transmitindo-lhe os sentimentos do povo do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977.

(aa) Jorge Sato, Gabriel Sampaio

Antônio Facci, Valter Pietrângelo e Renato Bernardi

JUSTIFICATIVA:

A figura que ora desaparece de nosso meio teve uma dimensão humana tão grande que, por si só, estaria a justificar a manifestação da Casa. O povo de Maringá tem com Joubert de Carvalho, uma ligação afetiva tão grande que a notícia encheu a todos de um sentimento de vazio muito grande a ponto de o luto oficial decretado por três dias pela Prefeitura da cidade batizada pelo sucesso musical de Joubert apenas significam materialmente, parte do muito que Maringá, a cidade, sente neste instante. Anexamos a este requerimento, matéria distribuída pela Agência Estado e publicada nos grandes órgãos de comunicação do Paraná e o do Brasil.

A nota distribuída para agências do Estado e publicada nos grandes jornais do Paraná e do Brasil, hoje, traz uma síntese da vida daquele que para Maringá e para o Paraná, foi um dos nomes que mais conseguiu granjear amizades, nesta terra.

"Depois de 46 dias internado na Casa de Saúde São Sebastião, no Rio, morreu, ontem de manhã, com 76 anos de idade, o médico e compositor Joubert de Carvalho, autor de mais de 1.000 composições e alguns clássicos da música popular brasileira, como "De Papo Pro Ar", "Tá Ai" e "Maringá".

O mineiro José Contígio de Carvalho, será sepultado às 11,00 horas de hoje, no Cemitério São João Batista, onde seu corpo está sendo velado desde o final da tarde de ontem.

Joubert era casado com D. Elza Faria, e tinha um filho, Fernando Antônio, de 20 anos de idade.

Nascido em 1.900, na cidade mineira de Uberaba, Joubert de Carvalho iniciou seus estudos naquela cidade, e logo depois transferiu-se para São Paulo, onde concluiu o curso secundário, e mais tarde, no Rio de Janeiro, formou-se em Medicina.

Aos 13 anos de idade, numa evidente precocidade musical, fez sua primeira música e, aos 22 anos, compôs o fox-trote "O Príncipe", que veio a ser a primeira música gravada, brasileira, na Europa.

Outro êxito de Joubert de Carvalho foi o de ter praticamente lançado a cantora Carmem Miranda com a música "Tá Ai", em 1930, quando foram vendidos 34.000 discos, um número realmente expressivo para a época.

Em 31 resolveu musicar uma comédia do poeta Paschoal Carlos Magno, cuja canção-título "Pierrot" é sucesso ainda hoje.

Mas a consagração aconteceu com "Maringá", música feita depois do encontro de Joubert de Carvalho com o então Ministro de Viação e Obras, José Américo de Almeida.

Na medicina, Joubert chegou a ocupar posto de destaque no antigo Instituto de Assistência e Pensão dos Marítimos (IAPM).

Em 1970, numa demorada entrevista a Cláudio Lacerda, da sucursal Rio do "Estado" e "Jornal da Tarde", Joubert de Carvalho rememorou toda sua vida, ora junto ao piano, ora elegantemente sentado num sofá de seu apartamento, em Copacabana. Naquela época ele não conseguia esconder uma amargura muito grande pelos festivais da canção.

— Participei de dois festivais, com quatro músicas, que não chegaram ao menos na fase final. Ao invés disso, escolheram coisas estranhas, barulhentas.

Dizendo-se autor de música contemplativa, Joubert de Carvalho afirmava que, muitas das músicas ditas populares, na verdade não eram nem mesmo música, "pois não conseguem fazer sucesso junto ao público". E reafirmava suas críticas aos festivais da canção, que deixou de premiar "uma música lindíssima" como "Carolina", de Chico Buarque.

Joubert de Carvalho confessava não gostar muito da chamada "bossa-nova". E explicava: é uma música que todos fazem, todos cantam, mas nem todos podem ouvir. Compositores preferidos na época? Chico Buarque, Tom Jobim e Roberto Carlos...

"Música para mim é aquela que a gente senta na cadeira e pode ouvir. Não posso chamar de música uma coisa dessas, que a pessoa esperneia grita, geme, se contorce toda..."

Apesar das muitas queixas contra o rumo da música popular brasileira, Joubert de Carvalho reconhece que a sua vida de compositor lhe trouxe mais alegrias do que tristezas. E advertia:

— Olhe que nunca gastei um tostão para que minhas músicas fossem executadas. Quanto aos direitos autorais, até que tenho recebido bem direitinho. Em 1970, num mês a música "Minha Casa" gravada por Agnaldo Thimóteo, lhe havia rendido cerca de cinco mil cruzeiros. E no final da entrevista, lembrando que era compositor há mais de 50 anos, Joubert de Carvalho

confessava:

— Nunca soube música, nunca estudei composição. A inspiração me vem de repente.

"Maringá", a música mais famosa de Joubert de Carvalho, nasceu de uma encomenda do Ministro da Viação, José Américo de Almeida, nos anos trinta, quando o Nordeste vivia uma das maiores secas de sua história.

Joubert pediu ao chefe de gabinete do Ministro, Ruy Carneiro, que lhe desse a relação das cidades assoladas, e, enquanto bolava a música, pensou numa cabocla retirante que poderia se chamar "Maria", como o Município de Ingá fazia parte da região atingida, fez um outro verso sobre Maria do Ingá, até aglutinar tudo na contração Maringá que achou "soava muito bem". A menção da Cidade de Pombal, na música, foi uma homenagem do compositor a Ruy Carneiro, uma vez que a cidade natal de José Américo, o Ministro, era Areias e "não dava boa rima".

Apesar da encomenda não aproveitada, Maringá acabou mesmo virando música e nome de uma cidade no Paraná, conquistada à mata virgem no fim da década de quarenta. Naquela época a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, fundou um lugarejo e deixou a cargo de Elizabeth Thomas, esposa do Presidente da Cia, a tarefa de batizá-lo. "Por que não com o nome da mais linda música brasileira, Maringá", respondeu ela. A sugestão aceita, onze anos depois, a cidade dava a Joubert de Carvalho o nome de sua principal avenida numa festa presenciada por alguns dos seus milhares de habitantes.

É a homenagem da bancada de Maringá; é a homenagem do povo de Maringá que pede a esta Assembléia que também a transforme em homenagem, de Maringá, ao saudoso Joubert de Carvalho. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É preceito consagrado pelos povos de que é correto tributar a quem honra a honra. Por isso assomamos a esta tribuna do Poder Legislativo, verdadeira caixa de ressonância do que ocorre na sociedade, para destacar os méritos de um homem exemplar, que foi escolhido, por criterioso corpo de julgadores, o operário padrão 77, do Estado do Paraná.

Assim, peço vênias aos nobres Pares, para proceder a leitura do "currículo" do homenageado, publicado no órgão de divulgação interna da Companhia de Telecomunicações do Paraná, Telepar, a revista "Ligação Interna", sob o título "O nosso candidato a operário padrão 77".

(Lê): "Raymundo Augusto da Silva trabalha há 26 anos na Companhia de Telecomunicações do Paraná - Telepar. Foi admitido em 1951, na então CNT — Companhia Telefônica Nacional, como operário, cargo equivalente a auxiliar de instalador. Como desde o início demonstrasse grande capacidade, foi convidado a fazer um estágio na própria empresa, na mesa de provas local e interurbana, onde poderia ser melhor aproveitado. Empenhou-se tanto nesta nova tarefa, que chegou a decorar mais de 50 por cento dos números dos 3.500 telefones existentes na época, bem como endereços e nomes dos assinantes. Pouco tempo depois, graças à sua capacidade e conduta exemplar, foi escolhido por uma comissão para fazer um estágio de três meses na CTB — Companhia Telefônica Brasileira, em São Paulo, que já possuía equipamento automático e como a CNT fosse adotar o mesmo sistema, era necessário que alguém se familiarizasse com o assunto. Raymundo aceitou a responsabilidade e dedicou-se com tal afinho, que não necessitou dos três meses para aprender tudo sobre o equipamento. De volta a Curitiba, não perdeu tempo em aplicar os novos conhecimentos adquiridos. Organizou todo o sistema de instalação, reparação, operação e serviços de um equipamento chamado Distribuidor Geral. Criou formulários e fichários, que permitiram o total

entrosamento entre estes serviços. Pronto o trabalho, foi marcada uma data para a inauguração do sistema automático, que substituiria o manual. E durante este acontecimento, na presença do Prefeito da época, Ney Braga, e do Governador Moisés Lupion, Raymundo, que se encontra na sala de reparações, recebeu das mãos do diretor da empresa um envelope. Ao abri-lo, teve uma das maiores surpresas de sua vida: acabara de ser nomeado chefe do serviço de reparações.

Como o novo cargo exigisse mais responsabilidade, ele foi promovido a Técnico C, e de promoção em promoção, hoje é Supervisor de Redes C.

UM COMEÇO DIFÍCIL

Raymundo nasceu a 7 de maio de 1930, em Pirapora, Município de Minas Gerais e hoje considera-se um homem feliz e ajustado no trabalho. Filho caçula do segundo matrimônio de seu pai que enviuvara, ele tem cinco irmãos. Três do primeiro e dois do segundo matrimônio. Embora jamais houvesse problema de relacionamento entre eles, a vida era difícil, pois seu pai, que faleceu quando ele tinha três anos, era ferroviário, ganhava pouco. Em seguida, sua família transferiu-se para a Lapa, no Paraná, onde residiam alguns parentes. E foi nessa cidade, que aos treze anos começou a trabalhar duro. Foi contratado como balconista, mas como o trabalho do menor não contava com amparo legal, era obrigado a executar todo tipo de serviço, desde engraxar o sapato do patrão, até a acordá-lo de madrugada quando este tinha que viajar. Humilde, atencioso, ele conseguiu conquistar a simpatia de todos, e quando trocou o emprego pelo quartel, seu salário que era irrisório, já havia sido equiparado com o de um adulto. Prestou o serviço militar em Curitiba, permanecendo dois anos e oito meses no quartel. Raymundo sempre foi muito caprichoso, e talvez pela sua apresentação pessoal, como ele supõe, dentro de sua modéstia, sempre era o porta-bandeira em todas as cerimônias oficiais. Passou em primeiro lugar para o concurso de cabo, chegando a sargento. Embora muito bem sucedido no quartel, abandonou a carreira militar porque não era possível conciliar suas atividades sociais e religiosas com a profissão. Membro ativo da Igreja Evangélica, não podia cumprir seus compromissos muitas vezes, por estar de serviço. Amante da música, gosto que herdou do pai, ele tocava pistão e trombone durante as cerimônias religiosas. Trocou estas funções pela Bíblia, tornando-se pastor interino. Foi líder da mocidade e vice-presidente da Igreja, que contava na época com mais de 100 congregações e oito mil fiéis. Organizou os primeiros congressos, promoveu encontros e palestras, principalmente para a juventude. Ele ajudou muitos jovens que, desorientados e sem objetivos na vida, tornaram-se ótimos profissionais e pais de família exemplares. Muito ativo, ele foi assíduo leitor dos jornais. "O Mensageiro da Paz" e "A Voz da Mocidade" e a revista "Seara", ambos de circulação nacional.

"Raymundo é casado há 24 anos com Dona Ely, e têm três filhos: Eliane, Elisabeth e Elaine. E aos 47 anos ele tem um neto chamado Alexandre".

"Mesmo depois que abandonou a carreira militar, Raymundo continua a levantar às seis horas da manhã. E por isto, é sempre um dos primeiros a chegar no trabalho. Antes de sair de casa ele encontra tempo para meditação. Chega, logo que é possível, ao ambiente de trabalho e está sempre calmo e alegre e até hoje nunca entrou em atrito com seus colegas. Pelo contrário, está sempre disposto a ajudá-los, quando tem algum problema.

Desde o seu primeiro emprego, ele demonstrou ser companheiro em todas as horas, quando salvou um colega que estava morrendo afogado. Embora sabendo nadar muito pouco, Raymundo jogou-se na água e conseguiu salvá-lo, quando já havia submergido duas vezes.

Já na TELEPAR em certa ocasião, foi chamado por um superior, que lhe perguntou se aceitaria ficar com determinado funcionário, que caso contrário seria despedido. Raymundo pre-

feriu dar um voto de confiança ao colega, que hoje é um dos melhores de sua equipe.

Foi também na TELEPAR, que conseguiu salvar a vida de dois companheiros."

No primeiro caso, ele e um técnico encontravam-se trabalhando durante o intervalo do almoço, quando a paralisação dos serviços interurbanos não acarretariam maiores problemas para os assinantes. E inadvertidamente o técnico tocou o braço num fio energizado, recebendo violenta descarga elétrica. Raymundo, com muita presença de espírito, conseguiu salvá-lo a tempo. O segundo caso, deu-se também no intervalo para o almoço, quando um colega derretia uma panela de parafina, derrubando-a sobre o piso de madeira. Imediatamente o fogo alastrou-se e bloqueou a saída. Raymundo correu em socorro do colega que, desesperado estava prestes a jogar-se pela janela do primeiro andar. Como não existisse extintor, Raymundo conseguiu debelar as chamas com um pano molhado.

Durante todos estes anos, 26 anos de empresa, Raymundo sempre se preocupou com as condições de trabalho de seus colegas.

E como profundo conhecedor dos perigos que a área de redes oferece e como membro da CIPA — Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, ele sugeriu que diversas medidas que diminuam os riscos de acidentes. Foi ele também quem criou a primeira apostila sobre os cursos da área de redes. Há dois anos que ele é membro da CJVA — Comissão de Julgamento de Acidentes de Trabalho com Veículos. Colabora ainda, com a Assessoria de Relações Públicas, que produz todos os audiovisuais para a TELEBRÁS e que posteriormente, são distribuídos para todas as empresas de telecomunicações brasileiras, suas concessionárias.

Muito dinâmico, ele foi eleito vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Operadores de Mesas Telefônicas do Paraná. E atualmente, ele é o representante da TELEPAR na Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas — FENATEL. E por tudo isto que ele fez pela empresa e continua a fazer, pelas suas qualidades, pela sua eficiência e responsabilidade, pelo seu espírito de iniciativa e companheirismo ao longo de todos estes anos, é que a TELEPAR o escolheu para representá-la no Concurso Operário Padrão 77, promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná e o Serviço Social da Indústria, em colaboração com os jornais "O Estado do Paraná" e "O Globo", do Rio de Janeiro".

Diante de todas estas razões, Sr. Presidente, submetemos à consideração dos nobres Deputados, o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta sessão, um voto de congratulações ao co-estaduano RAYMUNDO AUGUSTO DA SILVA, por ter sido escolhido "Operário Padrão 77", mercê de sua meritória atuação como trabalhador, além de exemplar chefe de família e cidadão que cumpre com seus deveres, respeitando e adotando os elevados princípios de conduta recomendados por Cristo.

Requer, ainda, aprovada esta proposição, dê-se ciência ao homenageado, assim como à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR e à Igreja Evangélica "Assembléia de Deus", entidades que contam com a sua ativa participação.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal, de minha terra, que circula em todo o Estado do Paraná e parte de Mato Grosso, a "Folha de Londrina" traz hoje

em manchete, na sua página dedicada à educação, matéria que denigre e compromete o setor educacional em nosso Estado.

E mancheteia o jornal "A Folha de Londrina":

Colegial não aceita suspensão, rádio patrulha o leva preso.

Isto aconteceu no Colégio Estadual Willie Davis e eu comentava há poucos instantes com o meu companheiro de bancada Waldenício Barbalho, que há alguns anos atrás, quando Vereador em Londrina, prevendo acontecimentos como este, que vem se sucedendo naquele estabelecimento de ensino, visto que os membros da Associação de Pais e Mestres do Colégio Willie Davis, naquela oportunidade, se movimentavam para evitar a nomeação política da Diretora que até hoje está à frente do Colégio Estadual Willie Davis.

É mais um episódio do famigerado comando político que denigre e compromete a educação em nosso Estado. Por injunções políticas foi imposta à direção daquele estabelecimento de ensino a professora Benedita de Resende. Que tem um grande relacionamento com o Deputado situacionista que se ausenta por enfermidade, o Deputado Dácio Leonel, que então na época assessorava o Governador do Paraná, Haroldo Leon Peres.

Mas o episódio se transcorreu mais ou menos da seguinte forma: por fatores de desencontros na sala de aula. A professora Benedita de Resende determinou a suspensão do aluno Carlos Agenor Vicentini, por oito dias. O aluno, resistindo, adentrou à sala de aula. Solicitado para comparecer à Diretoria, ao gabinete da Diretoria, em lá chegando, o aluno se deparou com dois soldados da rádio patrulha. Diz a "Folha de Londrina" e registra que as janelas e portas daquele gabinete foram fechadas, o estudante espancado e conduzido para a 19ª Subdivisão policial de minha cidade. De onde saiu tão somente quando seu pai, um trabalhador, um operário, certamente como os operários brasileiros que sobrevivem com o salário mínimo, ofereceu ou teve tirada de si a importância de 300 cruzeiros pelo agente de plantão para obter a libertação de seu filho.

Paira no ar uma indagação se estaria havendo uma integração entre a educação e a segurança no ensino do Paraná. Hoje, realmente como tudo nos leva a crer, a diretora Benedita de Resende teria chamado a polícia que agiu daquela forma comprometedora diante da diregente daquele estabelecimento de ensino com o estudante que lá foi espancado.

Cabe e compete à Secretaria de Educação e Cultura, superando as interferências políticas que, como já disse, comprometem a educação no Estado do Paraná, abrirem e instaurarem sindicância para punir o responsável ou responsáveis, se houverem, por este acontecimento que juntado a outros que têm ocorrido no Colégio Estadual Willi Davis, nos leva a crer, até mesmo, que, aquela Diretoria daquele estabelecimento de ensino não mais reúne condições físicas, e talvez até mesmo num prenúncio de esclerose, não mais tenha condições de permanecer na direção daquele estabelecimento de ensino.

Na Semana da Pátria, naquele colégio o Hino Nacional foi encerrado pela metade, porque assim foi a vontade daquela diretora.

No Colégio Willy Davis, quando um professor ou um intelectual é convidado para proceder palestras, a Diretora o interrompe e acaba ela mesmo, abordando o tema, por inteiro, e dispensando o convidado. São realmente sintomas de esclerose. Providências precisam ser tomadas, não mais se admitindo a interferência politiquês, no ensino, em nosso Estado.

Assim sendo, Sr. Presidente, aguardaremos providências da Secretaria da Educação e Cultura.

E o que mais me preocupa: é que vejo a polícia, neste Estado, prendendo muitas vezes o estudante, o trabalhador, o operário, quando em minha terra os marginais estão à solta, trabalhando livremente, com tranquilidade. Em nosso município, assaltos e furtos de veículos, assaltos e furtos de acessó-

rios, de objetos que se encontram em veículos, vêm acontecendo em alta escala no Município de Londrina e toda a cidade sabe que lá está agindo quadrilha, ou quadrilhas organizadas, sem que a impotente polícia de Londrina tome as providências que se fazem necessárias.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no encerramento desta nossa participação, dar encaminhamento a dois requerimentos de nossa autoria, os dois, solicitando providências ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Segurança Pública, que visa obter providências no sentido de agilizar a 10ª Sub-Divisão Policial de Londrina, e ainda, utilizar efetivo da Polícia Militar do Paraná, lotado no 5º Batalhão com sede naquela cidade, para o retorno das duplas Cosme e Damião, para minimizar o elevado índice de furtos que vem ocorrendo principalmente em veículos, ou de acessórios, em nossa cidade.

E outro requerimento, solicitando àquela Pasta, àquela Secretaria, para que dote a Delegacia de Polícia de Ortigueira que não tem nem um veículo, ao menos de dois veículos, para as buscas e apreensões que se fizerem necessárias naquele município que hoje vive um grande progresso, principalmente no setor agropecuário.

Era o que tínhamos na oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Minha terra tem palmeiras

Onde canta o sabiá

As aves que aqui gorgeariam

Não gorgeariam como lá."

Disse o poeta, pretendendo dizer do significado da sua palmeira. Porque o sabiá, naturalmente, é o mesmo. Mas, conforme a árvore, conforme a terra, o seu canto é diferente.

Hoje, início da Primavera, Dia da Árvore, o poeta, talvez, olhando as nossas florestas; olhando as nossas flores, olhando a nossa fauna e a nossa flora, talvez começasse a ter preocupação.

Na poesia, que, em algum tempo, pudesse ter menos brilho, porque enquanto pensamos em mais uma árvore, nem sempre nos preocupamos em que tipo de árvore. Não devemos comemorar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, somente o plantio de mais uma árvore, porque, em paralelo, podemos estar plantando um tipo de árvore que venha trazer, no futuro, apenas a ocupação de precioso território de plantação, de agricultura e de pecuária.

Aqui, no Paraná, principalmente, se nós verificássemos as áreas reflorestadas e florestadas, muito mais as áreas reflorestadas, onde se utilizam regiões férteis de um Estado, essencialmente agrícola, e que vê ainda, muito de sua produção no trabalho braçal, invadido pela plantação de árvores trazidas de países com climatologias, regiões fisiográficas completamente diferentes da nossa.

Mas, não paira aí o mal e a preocupação maior. A nossa preocupação é que daqui a algum tempo, no dia 21 de setembro, nós não mais teremos o perfume, nem a flor e, o mais sério, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não mais tenhamos o milho e o feijão produzidos pelo nosso Estado.

Falo, principalmente, e neste Dia da Árvore para que esta Casa se preocupe, neste início da Primavera, com a qualificação das árvores que devem ser plantadas.

A poesia e a emoção e os olhos marejados de lágrimas ao plantar mais uma árvore e, nisto nós estamos de acordo, mas vejo e, aqui, quero fazer um alerta e que espero que os nobres Pares e a população paranaense aqui representada, nos ajudem a resolver um problema que eu considero crucial, neste Estado: é a plantação do "Pinus Elliotis" que, por conhecimento pessoal empírico e, hoje, já com uma seleção significativa de

dados técnicos que, infelizmente, não pude ainda compeli para trazer ao conhecimento da Casa, mas farei nos próximos dias, a respeito da invasão do solo paranaense com a plantação do "Pinus Illiotis" que eu considero a verdadeira praga que foi trazida da América do Norte para a América do Sul, sem critério nenhum ou com um critério ainda não viável para um solo tão precioso como o nosso, porque não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós não encontremos uma flora tão rica como é a flora do nosso território nacional. Nessa Amazônia, que é a maior flora do mundo, nós não encontramos um tipo de árvore que possa substituir melhor e com um futuro mais promissor para o nosso Estado e para o nosso País, que nos oferece o "Pinus Illiotis". Onde se planta o "pinus", se toca o agricultor; onde se planta o "pinus" se toca o pecuarista; onde se planta o "pinus" não se tem madeira para tábua; onde se planta o "pinus" não temos combustível para os nossos fornos de cal. Aqui, na região metropolitana, há um verdadeiro pavor contra a invasão do "Pinus Elliotis" na nossa flora para a combustão e para o aquecimento dos fornos de cal.

Eu trago hoje e para não tomar o tempo que é do Pequeno Expediente, apenas este alerta e este pequeno pronunciamento, como prefácio de um trabalho profundo que estou fazendo a respeito da melhor seleção da árvore para florestamento e reflorestamento do Paraná para que não estejamos apenas favorecendo o bom investimento do imposto de renda e dos grandes capitalistas, sacrificando famílias paranaenses e sobretudo sacrificando um território precioso, o mais fértil de todos os territórios das Nações do mundo, o território do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Tendo em vista a notícia de que o Tribunal de Justiça do Estado teria dado ganho de causa em arguição de inconstitucionalidade da lei municipal que regulamentou a cobrança de impostos para o exercício de 1977, no Município de Cascavel, procuramos a confirmação desta no próprio Tribunal. O que parece haver ocorrido na Arguição de Inconstitucionalidade número 1-77, "data vênua", foi, salvo melhor juízo, um lamentável equívoco do Sr. Relator, que, efetivamente, "deferiu a liminar", para suspender o ato impugnado, dada a "possibilidade de eventual turbação da ordem e da paz pública" em Cascavel, quando, na realidade, poderá ocorrer o contrário. O despacho de S. Exa., apesar de tratar de relevante matéria, que envolve, indiretamente contribuintes de todo o Estado, não foi fundamentada.

Parece-nos, com todo o respeito, que faltava competência ao ilustre Magistrado para decidir liminarmente o pedido de inconstitucionalidade. Afirmamos isso, porque a Lei Federal número 4.337, de 01 de junho de 1964, que regulamenta a matéria, não prevê concessão de LIMINAR, mas, apenas permite que o Relator da matéria convoque o Tribunal para apreciá-la COM A PRÉVIA CIÊNCIA DAS PARTES, se entender que a decisão da espécie é urgente.

O Supremo Tribunal Federal segue os ditames dessa lei, nos dispositivos do seu Regimento Interno (art. 174 e seguintes). Os artigos 480 e 482 do Código de Processo Civil em vigor não prevêm, igualmente, a concessão de liminar.

O Tribunal de Justiça do Estado, nem no seu Código de Organização Judiciária, nem nos artigos 63, II; 66; 138 e 189, do seu Regimento Interno que tratam das representações por inconstitucionalidade.

Esses fatos nos levam a crer, que houve um lamentável equívoco na comentada decisão, pois, o único caso semelhante e que não nos parece análogo, é o poder concedido ao Presiden-

te do Supremo Tribunal Federal para sustar a concessão de liminar concedida em MANDADO DE SEGURANÇA. E, com a devida vênia, aqui não se trata de mandado de segurança, nem de ato emanado da Presidência do Tribunal de Justiça, mas, do Relator da matéria, segundo o nosso entendimento, sem competência legal para decidir liminarmente.

Cabe aos Vereadores ou partes interessadas em recorrer imediatamente da decisão, mediante agravo regimental, mandado de segurança ou mesmo correição dos Autos, contra esta intempestiva decisão.

A opinião que expendemos é pessoal e trata de opinião emitida somente quanto à parte processual. Rogamos às nossas autoridades judiciárias que examinem e resolvam com justiça esse grave problema, na apreciação do mérito."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de abordar o assunto que me traz a esta tribuna, quero fazer um reparo de uma entrevista concedida antes de ontem com referência à "free way".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, abordando sobre a "free way" fiz referência de que havia necessidade da duplicação da BR-369 para atendimento daquela região naquela estrada, que hoje já é congestionada.

Argumentava ao contrário a construção da "free way", pelo fato de que acarretaria muitas desapropriações cortando lavouros de café em prejuízo do Paraná, em prejuízo do agricultor, em prejuízo daqueles que desbravaram o Norte do Paraná e ajudaram a construir aquelas cidades como Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, os postos de gasolina, restaurantes e haveria até inúmeros desempregos.

E no final, quando o repórter me perguntava e porque esta estrada, se hoje nem correr pode? Eu disse: na realidade nem correr pode, porque o máximo é 80 por hora. E é interpretação dada, foi dos 80 km, alguns amigos que hoje me interpelaram se eu classificava a "free way" como uma pista de corrida, que não justificava a minha argumentação de ser contrário porque não se pode correr a mais de 80. Não foi isto que eu quis dizer.

O que eu quis dizer, Srs. Deputados, e a imprensa, é que a "free way" traria prejuízos àquela região pelas desapropriações, pelo comércio e que a duplicação para nós seria mais interessante. Com todo o respeito que tenho pelo eminente Secretário de Transportes, um homem que dinamizou o nosso Estado pelo seu trabalho, pelo seu arrojo frente àquela Secretaria é classificado homem do asfalto. Antigamente dizíamos, no Interior, quando se falava na campanha política, em relação a ele, o candidato do asfalto, que não era bem recebido. Nós classificamos este grande Secretário como o homem do asfalto, mas o homem que está construindo, dirigindo e colocando sob a orientação de nosso grande Governador Jayme Canet Júnior, o Paraná no lugar que merece, com destaque, com o melhor atendimento à nossa produção como um Estado essencialmente agrícola.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho hoje à tribuna para me congratular com a região do Vale do Ivaí, especialmente o Município de Jardim Alegre. No dia dez a dezessete do corrente mês sediou os jogos abertos, o 1º JAVIS — Jogos Abertos do Vale do Ivaí, tendo participado nesta competição os municípios de Jardim Alegre, São João do Ivaí, Ivaiporã, São Pedro do Ivaí, Faxinal, Bonsucesso, Kaloré, Borrazópolis, Marilândia do Sul, Grandes Rios, Pitanga, Manoel Ribas, Barbosa Ferraz.

Pudemos assistir uma verdadeira festa, o entusiasmo da juventude daquela região por este acontecimento que classificamos como dos mais importantes, quando pudemos assistir, na-

quela região, com a criação da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, a integração dos Srs. Prefeitos num trabalho conjunto, a preocupação dos Srs. Prefeitos daquela região no campo social, com a construção do Hospital dos Centros, na cidade de Jandaia do Sul. Faltava este conagração, que nós pudemos assistir na cidade de Jardim Alegre, no Encontro da Juventude daquela região.

Por este motivo, e sentindo a repercussão e o entusiasmo de todos que lá participaram, nós estamos dirigindo um apelo ao Sr. Ministro da Educação, no sentido de que dê ainda maior apoio ao esporte amador, fazendo com que sejam carreados maiores recursos para o esporte amador, o que poderia ser feito através dos municípios, porque só assim poderemos dar maior assistência àquele que realmente precisa de participar do esporte, deixando às vezes, a juventude, assim, de participar ou procurar com coisas prejudiciais à saúde e à nossa sociedade.

Estou encaminhando um requerimento vazado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Senhor Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que seja dado maior incentivo ao esporte amador, através das Prefeituras Municipais, com recursos da Loteria Esportiva.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977."

Ainda um outro, ao qual peço o apoio dos eminentes Pares desta Casa, congratulando-me com o Município de Jardim Alegre, através do seu Prefeito: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações ao Município de Jardim Alegre, através de seu Prefeito Sr. Messias Luiz Batista, por haver sediado o 1º JAVIS (Primeiros Jogos Abertos do Vale do Ivaí), de 10 a 17 do corrente, cuja realização transcorreu na maior harmonia e conagração de toda região do Vale do Ivaí.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977."

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lúcio Machado. — (Declina).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Muggiati Filho. — (Declina).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar. — (Declina).

Manter-se-á a mesma inscrição, para as futuras sessões.

A Presidência consulta o Sr. Líder da ARENA se o espaço reservado à ARENA será ocupado.

(Declina).

A Presidência faz a mesma consulta ao Sr. Líder do MDB.

O SR. TRAJANO BASTOS — Confiro-o ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que motiva a nossa permanência nesta tribuna, é uma manchete do jornal "Fronteira do Iguaçu", do dia 18 — II Caderno — que diz o seguinte:

"Fogos e alegria na madrugada".

"A derrubada do Veto, em plena 1,30 da madrugada foi recebido pela população, com fogos de artifício e desfile de automóveis". (Lê):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Município de Toledo tomou a decisão, por seu representante na Câmara Municipal, que, poderá marcar profundas mudanças nas micro-regiões

estaduais.

A Associação dos Municípios, de modo geral, não tem cumprido as funções para que foi criada, passou a ser engrenagem de relacionamento prefetural, de troca de impressões entre o Chefe do Executivo, de intermediação política de cima para baixo, isto é, da área de Governo, para os municípios, muito mais do que de baixo para cima, isto é, dos interesses municipais em reivindicações ao governo através da entidade da migro-região.

Na atual situação em que se encontram os municípios do Paraná; aliás, de todo o país, com a exceção daqueles que já dispõem de base industrial desenvolvida e recursos orçamentários elevados. Na atual situação, dizíamos, não se justifica o menor desperdício de recursos financeiros. Municípios que pagavam 5, 10 ou 20 mil cruzeiros mensais à Associação micro-regional começaram a se inquietar com a aplicação desses recursos sem contrapartida. Melhor dizendo: os Vereadores e o povo é que começaram a questionar essa aplicação para fazer relações públicas dos Prefeitos.

Depois de uma análise criteriosa, os Vereadores de Toledo não encontraram sequer um resultado positivo, pequeno que fosse, para justificar o pagamento de uma cota mensal de Cr\$ 14 mil para a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP).

Então foi que os Vereadores aprovaram projeto de lei do Vereador Genari Scweger, que desligava Toledo da AMOP. O Prefeito Duílio Genari, no entanto, decidiu vetar o projeto, sob a alegação de que a contribuição de Toledo fora reduzida à metade e que, nessas condições, era necessário manter a participação do município naquela entidade.

Em altiva resposta, a Câmara Municipal de Toledo rejeitou o veto, pela votação de 6 a 3, confirmando que os interesses toledanos exigem o desligamento, até que uma entidade do interesse real dos municípios do oeste venha a ser criada. O líder do MDB naquela Câmara Municipal, Wilmo Barcelos Marcondes, em nome da bancada e com o aplauso da maioria do legislativo municipal, historiou os negócios e o funcionamento burocrático da AMOP, mostrando a confusão, o desperdício e a ausência de orientação definida da entidade.

O episódio da rejeição do veto pela maioria da Câmara Municipal, cuja maioria se compôs com MDB e ARENA, não ultrapassaria os limites municipais, não fosse a situação de extrema dependência dos municípios em relação ao Estado e à União. Dependência que faz os municípios tentarem a união pelo interesse comum, mas que pode sofrer desvirtuamentos quando as manobras políticas e as pressões governamentais asfixiam a independência dos municípios. Desvirtuam-se essas associações quando autoridades do Estado pressionam seus correligionários à testa dessas entidades, ou como simples membros, para que funcionem como um canal de mão única, de cima para baixo. Ai, então, a burocracia interna e a ausência de diretriz acabam desvirtuando seu funcionamento.

A resposta de Toledo deverá servir de exemplo."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emendas de números 1 a 7, ao Projeto de Lei número 83/77, de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Deni Schwartz, devidamente apoiadas, do seguinte teor: (São lidas as emendas).

"EMENDA NÚMERO 1

Ao Projeto de Lei número 83/77

I — O art. 6º fica acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 6º —

Parágrafo único — A participação da MINEROPAR, no

beneficiamento e industrialização de minérios, dar-se-á apenas quando comprovada a carência de recursos técnicos e financeiros da iniciativa privada, capazes de assegurar a eficiência nessas atividades”.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977

(a) Erondy Silvério

Apoiamentos: Paulo Camargo, Accioly Neto, Muggiati Filho
Valter Pietrângelo e Maurício Fruet”

“EMENDA NÚMERO 02

Ao Projeto de Lei Número 83/77

O Art. 6o. será acrescido do seguinte Parágrafo único:

Parágrafo Único — A transferência de resultados de pesquisas, bem como, de tecnologia alcançada pela MINEROPAR, para outras empresas dependerá de autorização da Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977.

(a) Deni Schwartz

Apoiamentos: Renato Bernardi, Trajano Bastos, Del Ciel e Domício Scaramella.”

“EMENDA NÚMERO 03

Ao Projeto de Lei Número 83/77

O Art. 8o. fica acrescido do seguinte parágrafo:

Parágrafo Único — Para a participação de que trata o presente artigo será necessária autorização da Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977

(a) Deni Schwartz.

Apoiamentos: Renato Bernardi, Trajano Bastos, Del Ciel, Domício Scaramella e Waldenício Barbalho.”

“EMENDA NÚMERO 04

Ao Projeto de Lei Número 83/77.

Acrescente-se ao art. 21, parágrafo único seguinte:

Parágrafo Único — Fica o Tribunal de Contas do Estado obrigado a remeter o resultado de suas análises à Assembléia Legislativa no prazo de 30 (trinta) dias.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977.

(a) Deni Schwartz

Apoiamentos: Waldenício Barbalho, Lineu Turra, Maurício Fruet e Jorge Sato.”

“EMENDA NÚMERO 05

Ao Projeto de Lei Número 83/77

O Artigo 22, passa a ter a seguinte redação:

Art. 22.— A MINEROPAR encaminhará anualmente, relatório e balanço geral da gestão do Fundo Paranaense de Mineração à Assembléia Legislativa do Estado, à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, à Secretaria de Estado das Finanças e ao Tribunal de Contas, no prazo de noventa dias após o término do exercício.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977.

(a) Deni Schwartz.

Apoiamentos: Renato Bernardi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Del Ciel.”

“EMENDA NÚMERO 06

Ao Projeto de Lei Número 83/77

O Art. 10 fica acrescido do seguinte parágrafo:

Parágrafo 1o. — Os Estatutos da MINEROPAR serão submetidos à apreciação e aprovação da Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977.

(a) Deni Schwartz

Apoiamentos: Renato Bernardi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Del Ciel e Domício Scaramella.”

EMENDA NÚMERO 07

Ao Projeto de Lei Número 83/77

O Art. 4o. passa a ter a seguinte redação:

Art. 4o. — O Capital Social autorizado da empresa de economia mista Minerais do Paraná S/A — MINEROPAR, é de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) dividido em Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros) de ações ordinárias, cada uma no valor de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) de ações preferenciais, cada uma no valor de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro), todas nominativas, devendo o Estado, diretamente ou por intermédio de entidades de administração indireta em que participa majoritariamente, subscrever pelo menos 51 por cento das ações ordinárias e preferenciais.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1977.

(a) Deni Schwartz.

Apoiamentos: Trajano Bastos, Edilson Alencar, Del Ciel e Renato Bernardi.”

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 111/77, de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 134/77 — aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de GOIOERÊ, objetivando melhoria no ensino de 1o. grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— Em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, eu requiro chamada nominal para a constatação de “quorum”.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Deferido.

A Presidência advertirá os Srs. Deputados, após o que, o Sr. 1o. Secretário fará a chamada nominal para a constatação de “quorum”.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados) (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Trinta e sete dos Srs. Deputados responderam a chamada.

Há “quorum” para deliberação.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 254/77, de autoria da CCJ, Mensagem 48/77, ex-Proposição 225/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando transferência de recursos oriundos de convênio celebrado com o MEC, para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 257/77, de autoria da CCJ, Mensagem 68/77, ex-Proposição 398/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CALIFÓRNIA, objetivando execução de obras de reparos no prédio do Grupo Escolar PADRE SEVERINO CERUTTI, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 258/77, de autoria da CCJ, Mensagem 68/77, ex-Proposição 402/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de DOIS VIZINHOS, objetivando execução de obras de reparos nos prédios da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 259/77, de autoria da CCJ, Mensagem 68/77, ex-Proposição 404/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de GOIO-ERÉ, objetivando reparos nos prédios da Unidade Escolar "MARIA ANTONIETA SCARPARI", e da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública daquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 260/77, de autoria da CCJ, Mensagem 74/77, ex-Proposição 415/77, aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o IBDF, objetivando dar nova redação ao Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta do convênio Original. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 261/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 416/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JARDIM OLINDA, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar "PADRE MONTOIA", localizado naquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 262/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 420/77, aprova termo de convênio celebrado entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CRUZ MACHADO, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar "EVERARDO BACKAUSER", localizado naquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 276/77, de autoria da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 452/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CORONEL VIVIDA, objetivando reparos nos prédios de Escolas Rurais do Estado, localizado naquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 280/77, de autoria da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 461/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PATO BRANCO, objetivando reparos no prédio da 14a. Delegacia Regional da Fazenda, da sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 83/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 72/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva instituir o Fundo de Mineração, e constitui a Empresa Minerais do Paraná S/A—MINEROPAR. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIC, por unanimidade.— COM EMENDAS DA CCJ — Em discussão o projeto e as emendas. Encerrada a discussão.— Em votação o projeto ressalvadas as emendas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, com delegação na Liderança do meu partido, requeiro à Mesa, a votação de artigo por artigo, do Projeto de Lei No. 83/77.

Entretanto, mantenho meu posicionamento declarado ontem e votarei contra o projeto, embora a pedido da liderança requeira a medida para a votação do Projeto de Lei número 83/77, para que seja votado artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A questão de ordem levantada tem respaldo regimental.

No turno de 2a. discussão e votação, determina o Regimento Interno que proceda-se a votação, artigo por artigo.

A Presidência cumpre determinação regimental e fará com que os Srs. Deputados votem, artigo por artigo, e lembra a Presidência que está em votação o Projeto de Lei número 83/77, ressalvadas as emendas, que serão submetidas ao Plenário depois de votado o projeto de lei.

Em votação o Art. 1o. do Projeto de Lei 83/77.— APROVADO.

Em votação o Art. 2o. e os seus parágrafos.— APROVADO.

Em votação o Art. 3o. e seus parágrafos.— APROVADO.

Em votação o Art. 4o. do Projeto de Lei 73/77.

Ressalvada a emenda subscrita pelo Sr. Deputado Deni Schwartz, com apoio regimental.

A emenda proposta será objeto de deliberação tão logo se vote o Art. 4o.

Em votação o Art. 4o. do Projeto de Lei 83/77.— APROVADO.

Em votação a Emenda No. 7, apresentada pelo Sr. Deputado Deni Schwartz, com apoio regimental.

Art. 4o., passa a ter a seguinte redação: (Lê a emenda número 7).

Em votação a emenda.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Líder da ARENA, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Talvez tenha ouvido mal, mas solicitaria a V. Exa. que repetisse os termos da emenda do nobre Deputado Deni Schwartz, após a palavra nominativas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Todas nominativas, devendo o Estado, diretamente, ou por intermédio de entidades de administração indireta em que participam majoritariamente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação a emenda. APROVADA.

Em votação o Art. 5o. e seus parágrafos.— APROVADO.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu requeiro de V. Exa. que faça anotar no período total da votação o meu voto contra o projeto pela criação da Mineropar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) As notas taquigráficas registraram o que em Questão de Ordem V. Exa. acaba de declarar.

Em votação o Art. 6o., ressalvada as emendas.— APROVADO.

Sobre o art. 6o., duas emendas apresentadas, a de número um, subscrita pelo Sr. Deputado Erondy Silvério com apoio regimental, está assim posta: o Art. 6o. fica acrescido do seguinte parágrafo: parágrafo único, a participação da Mineropar no beneficiamento e industrialização de minérios dar-se-á apenas quando comprovada a carência de recursos técnicos e financeiros da iniciativa privada; capazes de assegurar a eficiência nestas atividades.

Em votação a Emenda No. 1.— APROVADA.

Emenda No. 2, apresentada pelo Deputado Deni Schwartz O Art. 6o. acrescido do seguinte parágrafo único. "Parágrafo Único, a transferência de resultados de pesquisas, bem como de tecnologia alcançada pela Mineropar para outras empresas, dependerá de autorização da Assembléia Legislativa do Estado".

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentamos emenda ao Art. 6o. tendo em vista uma preocupação que, acreditamos seja justa.

Nós temos, a nível nacional, recentemente, a transferência das pesquisas da Petrobrás, às multinacionais.

O Brasil de "mister Link", que não possuía petróleo, é o mesmo Brasil de "Mister Link", que agora vem comprar os pacotes dos contratos de risco.

Temendo que venha a ocorrer no futuro fato semelhante em nosso Estado, é que propusemos a emenda lida por V. Exa. tentando com isto, fazer com que a Assembléia participe, a Assembléia que representa o povo paranaense, participe efetivamente da política de minerais de nosso Estado.

De outra parte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vivemos num País de poucos recursos, de poucos capitais; somos defensores da intervenção estatal nos setores onde o capital nacional não tem condições de atender como deve. A estatização deve ser meta de todos os legisladores.

Mas de outra parte, Sr. Presidente, somos também contra o capitalismo do Estado, capitalismo do Estado que nós estamos a ver todos os dias, em nosso País.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendemos com nossa emenda e outras que estão sendo votadas, pretendemos que os representantes do povo — que bem ou mal o somos — participem, fiscalizem e por que não dizer, até determinem certos fins das empresas estatais.

Há de se distinguir entre capitalismo do Estado — repito — e estatização; há de se distinguir entre capitalismo do Estado e a socialização de bens; há que se distinguir entre o técnico e o técnico burocrata; há de se distinguir entre a empresa do Estado nas mãos autônomas de alguns, como empresas do Estado fiscalizadas e controladas pelos representantes dos verdadeiros possuidores desta empresa, que é indiscutivelmente, o povo paranaense no caso, o brasileiro no caso das empresas estatais nacionais.

Porisso, Srs. Deputados, apresentamos esta emenda, para evitarmos a transferência de conhecimentos obtidos pelo suor do paranaense, talvez para uma multinacional e até por que não dizer, para um grupo nacional que venha a explorar o nosso povo.

Também, Srs. Deputados, em outras emendas — e aproveito a oportunidade para me antecipar — solicitamos que, também a Assembléia Legislativa controle a Associação da Mineropar, com outras entidades particulares pois, tememos que numa Associação dessas, tal qual estava ocorrendo com a Vale do Rio Doce quando da Associação para exploração dos minérios de Carajás, venha a empresa estatal a ficar em situação inferior.

Também, Sr. Presidente apresentamos outras emendas e V. Exa. no decorrer desta sessão, irá apresentar aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação a emenda No. 2, do Sr. Deputado Deni Schwartz, com apoioamento regimental.— APROVADO.

Em votação o Art. sétimo.— APROVADO.

Em votação o art. oitavo, ressalvada a emenda.— APROVADO.

Emenda No. 3, apresentada, também, pelo Sr. Deputado Deni Schwartz, com apoioamento regimental. "O art. 8o. fica acrescido do seguinte parágrafo: — § único — para a participação de que trata o presente artigo, será necessária autorização da Assembléia Legislativa do Estado. "Em votação.— APROVADA.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, quero registrar meu voto, exclusivo, contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência registra voto contrário do Lider da ARENA.

Em votação o artigo nono.— APROVADO.

Em votação o art. 10, ressalvada a emenda.— APROVADO. Emenda número 6, assinada pelo Sr. Deputado Deni Schwartz, com apoioamento regimental. "O art. 10 fica acrescido do seguinte parágrafo: "Os Estatutos da MINEROPAR serão submetidos à apreciação e aprovação da Assembléia Legislativa do Estado." Em votação a emenda.— APROVADA.

Em votação o art. 11, ressalvada a emenda apresentada na Comissão de Constituição e Justiça, tida como emenda substitutiva ao § 1o., que será objeto de deliberação, após a votação deste artigo. Em votação o art. 11.— APROVADO.

Em votação a emenda apresentada na CCJ que toma a seguinte redação: — "O § 1o. do art. 11, passa a ter a redação seguinte: § 1o. — O Conselho de Administração, com mandato de 2 anos, permitida a reeleição por mais um período, será constituído da seguinte forma:—

- a) 3 membros indicados pelo Governo do Estado;
- b) um membro escolhido da lista tríplice indicada pelo Departamento de Geo-Ciências da Universidade Federal do Paraná;
- c) um membro escolhido da lista tríplice, indicado pela Federação das Indústrias do Paraná".

Em votação a Emenda No. 1 — APROVADA.

Em votação o art. 12.— APROVADO.

Em votação o art. 13.— APROVADO.

Em votação o art. 14.— APROVADO.

Em votação o art. 15, ressalvada a emenda. Os Srs. Deputados que aprovam o art. 15, permaneçam como estão.— APROVADO.

Sobre o artigo, emenda número 2 apresentada na CCJ. O Art. 15 fica acrescido da seguinte alínea (Lê):

Em votação a emenda.— APROVADA.

Em votação o art. 16.— APROVADO.

Em votação o art. 17 — APROVADO.

Em votação o art. 18.— APROVADO.

Em votação o art. 19.— APROVADO.

Em votação o art. 20.— APROVADO.

Em votação o art. 21, ressalvada a emenda, apresentada no Plenário.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. APROVADO.

Emenda apresentada em Plenário, do Sr. Deputado Deni Schwartz, com apoioamento regimental.

(LÊ A EMENDA NÚMERO 4)

Em votação a Emenda No. 4.— APROVADA.

Em votação o art. 22, ressalvada a emenda. Regimentalmente a Presidência colocará preferencialmente em votação a emenda apresentada em Plenário pelo Sr. Deputado Deni Schwartz, com apoioamento regimental, porquanto esta emenda é substitutiva. A emenda tem a seguinte redação. Desde que, aprovada a emenda, automaticamente estará excluído do corpo do Projeto de Lei o artigo 22, na sua forma original. Emenda ao Projeto de Lei número 83/77.

(LÊ A EMENDA SUBSTITUTIVA NÚMERO 5).

Em votação a Emenda número 5.— APROVADA.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, apenas para que V. Exa. determine, que conste na ata meu voto contrário a essa emenda. Eu sou pela redação original do artigo, e por uma razão muito simples. Porque em emenda anterior, do mesmo Deputado Deni Schwartz, ele prevê a obrigatoriedade do Tribunal de Contas submeter a análise feita da gestão financeira da MINEROPAR ou do Fundo de Mineração, à Assembléia Legislativa, que é o correto, submeter a apreciação da análise feita.

Agora, a obrigatoriedade de submeter o balanço a este

Poder, eu acho um verdadeiro absurdo, porque esta Casa não tem estrutura para o exame de um balanço contábil.

Seria necessário então, para dar cumprimento exato à solicitação da emenda proposta, que esta Casa contratasse uma Auditoria e não o Plenário, Sr. Presidente.

Temos uma Auditoria de ordem nacional para poder exarar o parecer para que servisse de orientação aos membros do Poder Legislativo, para exame de um balanço de uma Empresa pública.

Na realidade esta Casa não examina as suas próprias contas.

Até hoje não examinou, como manda a lei prescreve a lei.

Não tem condições, não tem estrutura, para proceder exame de balanço de gestão financeira de uma empresa pública ou de uma Companhia de Economia Mista, ou de que entidade seja.

Portanto, o meu voto é contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência anota a declaração de voto do Sr. Deputado, Erondy Silvério.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente, nós estamos discutindo o Artigo 22?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A emenda de V. Exa. já foi apresentada e passa a fazer parte do Projeto de Lei número 83, porquanto substituiu o artigo 22 na sua redação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente. Queria esclarecer que a emenda que foi votada em substituição ao artigo 22, apenas, determina à Mineropar, quanto ao encaminhamento do Balanço à Assembléia.

Data vênha, me parece que o encaminhamento não implica na votação e aprovação ou não do balanço.

Mas o que é grave, Srs. Deputados, e eu tenho que concordar com o Deputado Erondy Silvério, — O que é grave, Sr. Presidente, é que nós, Deputados, estejamos abrindo mão do direito que temos de fiscalizar este Estado.

Sr. Presidente, este Deputado apenas quer que um órgão subordinado a esta Casa constitucionalmente, o Tribunal de Contas, seja consultado.

E não por aqueles de quem ela deve ser o fiscal.

O Tribunal de Contas é ou não é o órgão auxiliar desta Casa?

E se ele o é, nada mais justo que as entidades de economia mista enviem em suas contas à Assembléia, e esta se utilizando do seu órgão auxiliar, solicite o seu parecer, mas quem deve julgar somos nós.

Vejam que a redação original desse projeto pos a Assembléia à margem.

A Mineropar iria mandar suas contas ao Tribunal de Contas e nada mais.

E isto, Sr. Presidente, que nos leva neste momento, a lamentar e mesmo a concordar com o Deputado Erondy Silvério: — Não temos condições de analisar as contas do Governo, nem da administração direta nem da indireta.

E o nosso órgão auxiliar, se porta como um órgão autônomo.

É talvez o segundo Poder deste Estado; ou talvez o primeiro, pois todos estão a se curvar ao Tribunal de Contas neste Estado.

E isto precisa ser dito.

Ao Tribunal de Contas não podemos nos curvar.

Temos, isto sim, de preservar o Poder Legislativo, o único que vai receber nas urnas a autorização, para em nome do povo, legislar e fiscalizar os atos dos responsáveis pelo bem público.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência deve informar aos Srs. Deputados, que no início deste exercício financeiro, houve uma inovação quanto ao encaminhamento de prestação de Contas do Governo do Estado.

Anteriormente, o Governo do Estado entendia válido encaminhar a prestação de contas diretamente ao Tribunal de Contas.

Desta feita, o atual Governo, cumprindo mandado constitucional remeteu a prestação de contas à Assembléia Legislativa do Estado que, por sua vez, cumprindo determinação constitucional, encaminhou ao seu órgão auxiliar para dele merecer o parecer prévio e depois, voltadas as contas, como voltaram a este Poder, para que o Plenário, na sua soberania, pudesse verificar da exatidão da prestação de contas.

Realmente, a partir do exercício passado, houve realmente cumprimento do dispositivo constitucional.

Primeiro a Assembléia Legislativa recebe a prestação de contas para verificar do cumprimento do prazo constitucional, para depois tomar as providências e solicitar do seu órgão auxiliar, o Tribunal de Contas, as averiguações, as emissões dos pareceres prévios, se for o caso de Auditorias e posteriormente, esta é atualmente a prática constitucional que vem sendo respeitada.

Com a palavra, eem questão de ordem, o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas, Sr. Presidente, para ratificar a minha posição com relação a emenda que votei contrariamente,

Porque no instante em que houve a preocupação do nobre Deputado Deni Schwartz de não ceder mais nenhuma parcela de autoridade deste Poder, por votação própria, na própria corporação legislativa, eu quero ratificar dizendo que eu esposo o ponto de vista do nobre Deputado.

E acho que agora o Sr. Governador está no caminho certo porque esta é realmente a sistemática que é prevista pela Constituição.

Primeiro as contas ao Poder Legislativo. Depois as encaminhará ao órgão auxiliar deste Poder, que é o Tribunal de Contas.

Portanto a emenda proposta é inócua. Porque apenas prevê a obrigatoriedade no envio de balanço.

Ora, balanços de sociedade de economia mista, de sociedades anônimas, de empresas públicas, obrigatoriamente são por lei publicados.

Então, a emenda anterior, ao que me parece, deveria haver uma inversão de redação.

Primeiro a Mineropar remeter o seu balanço, as suas contas ao Poder Legislativo que as encaminhará em seguida ao Tribunal de Contas.

É o que não ocorre com a redação da emenda ao Art. 21 de autoria do nobre Deputado Deni Schwartz.

Por isto votei contra a emenda ao artigo seguinte, ratificando a minha posição.

Espero que o nobre Deputado Deni Schwartz entenda que quero apenas colaborar para o aperfeiçoamento da redação do Artigo 21

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação o Artigo 23.— APROVADO.

Em votação o Art. 24.— APROVADO.

Em votação o Art. 25.

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, o Art. 25 revoga as disposições em contrário e dá como lei na data de sua publicação. Chegamos portanto ao final de mais um episódio Sr. Presidente. A Casa conhece a minha posição com relação a matéria. Fiz ontem a minha declaração de voto e mantive hoje e a mantereí nas discussões subseqüentes. Apenas, Sr. Presidente, quero e já e agora, deixar claro um episódio que assisti e que me parece de profunda inteligência mais uma vez demonstrada por este Deputado que tem a incumbência de liderar a

Arena nesta Casa. Todas as emendas apresentadas levam o timbre da Oposição porque o foram da lavra de Deputados do MDB. Apenas uma voz discordante, e uma única delas, na bancada arenista, do Deputado Erondy Silvério. No mais, a aprovação total, pacífica e até aplaudida a iniciativa dos Deputados da Oposição, que entenderam de propor as emendas, e que entenderam de conferir os votos. E mais uma vez, com isto, a Arena e o Governo que não lograram colocar maioria hoje, nesta Casa, mais uma vez, usaram dos votos do MDB para obter "quorum" e para obter a aprovação da matéria.

Aí estão as emendas, aprovadas. Com certeza, amanhã também serão e, passarão a constituir, a fazer parte integrante do autógrafo que subirá à sanção governamental. E o passado de ontem, Sr. Presidente, de anteontem e de todo este tempo, é claro e insofismável, voltarão de lá, vetadas, voltarão de lá, cortadas. Queira o futuro, que eu esteja errado, quero ser cobrado amanhã, quero amanhã, que, alguém nesta Casa levante quando de lá voltar o projeto, dizendo que eu, hoje agi com desconfiança em relação ao Governador e à sua bancada nesta Casa. Quero que isto ocorra, porque quero que as emendas sejam incorporados e se tornem meios. Mas sei, Sr. Presidente, e volto a afirmar, que serão vetadas, numa atitude inteligente, numa atitude hábil que fez com que este movimento pudesse canalizar o objetivo que pretendia o Governo.

Quero também, Sr. Presidente, desde já, cobrar desta bancada que me parece ser briosa, desta bancada que me parece ser decente, digna, honrada, a bancada do Governo, quero, desde já, cobrar a atitude que vai adotar no futuro, votando amanhã, como hoje voto, derrubando o Veto, se o Veto ocorrer, para que não se caracteriza a manobra que me assusta e que me repugna

Era isto, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Embora envaidecido pela deferência do nobre Deputado Enéas Faria, cumpre-me dizer a esta Casa e ao nobre Deputado, que, não pretendemos uma manobra de esperteza à aprovação das emendas da lavra do Deputado Deni Schwartz.

Comete V. Exa., nobre Deputado Enéas Faria, duas injustiças: a primeira, quero crer, com os membros da sua própria bancada, todos capazes de questionar, analisar e avaliar a necessidade ou não, da criação da Mineropar; a segunda, eu informo ao Deputado Enéas Faria, que, as emendas propostas pelos membros da bancada do MDB foram, todas, previamente, levadas ao Poder Executivo, para que ele também analisasse da sua conveniência.

Eu posso desde já dizer, declarar, manifestar que, com exceção de uma única emenda, do Deputado Deni Schwartz, eu tenho a certeza de que todas as demais receberão a sanção governamental. Quero me referir à emenda que o Deputado Deni Schwartz submete à prévia apreciação desta Assembléia, do Estatuto da Mineropar que, me parece, talvez, uma invasão de competência, isto numa primeira análise. Quanto às demais, tenho plena convicção de que serão sancionadas devidamente, pelo Chefe do Poder Executivo.

Era só. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni).

Em votação o artigo 25. — APROVADO.

A Presidência tão somente adverte: houveram duas emendas apresentadas ao artigo 60., ambas fazendo alusão à inclusão de um § único ao art. 60. A redação deverá, portanto, subdividi-los em parágrafo 1o. e parágrafo 2o.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 70/77, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que denomina "PEDRO PASSOS LEONI", o Grupo Escolar localizado na Vila

José Lacerda, na cidade da Lapa. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, COM SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — APROVADO.

Projeto de Lei Número 70/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica denominado "PEDRO PASSOS LEONI", o Grupo Escolar localizado na Vila José Lacerda, na cidade da Lapa, neste Estado.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1977.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

JUSTIFICATIVA:

Nasceu Pedro Passos Leoni na cidade de Salvador, na Bahia, na casa situada na rua Nossa Senhora das Mercês, No. 115 no dia 2 de dezembro de 1902; filho do Bacharel Augusto Leoni e Dna. Alice Passos Leoni. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 30 de dezembro de 1925. Após sua formatura defendeu tese de Doutorado sob o título "Síndrome de Bazidof". Chegou na Lapa no ano de 1928, para trabalhar no Sanatório São Sebastião; visitou Tomazina em 1930 com o ânimo de ali fazer clínica, porém retornou a Lapa onde foi Diretor e médico do Sanatório São Sebastião; médico da Rede Ferroviária; médico do Posto de Puericultura e do Posto de Higiene e Saúde. Por dois anos esteve trabalhando como médico da frente de trabalho da construção da estrada Curitiba-São Paulo, no trecho da Ribeira; porém, maior parte de sua vida médica foi dedicada à clínica geral, na cidade da Lapa, dando paralelamente atendimento ao Hospital e Fundação Hipólito e Amélia Alves de Araújo, o que sempre fez sem ônus para aquela instituição, apenas estimulado pelo desejo de fazer do seu talento médico um sacerdócio em benefício da população da Lapa. Vereador da Câmara Municipal da Lapa, eleito em três legislaturas, tendo ocupado a Presidência daquela Casa e outros cargos da Mesa. Foi Presidente do tradicional clube Congresso Recreativo e outros cargos da Diretoria do mesmo. Prefeito da Lapa, eleito em 4/10/1959, tendo sua gestão se notabilizada pela recuperação das finanças municipais e pelo desenvolvimento do ensino primário no Município, a par de outras grandes realizações, ainda hoje marcadas na cidade da Lapa. Candidato a deputado estadual pela UDN, obteve esmagadora vitória na zona eleitoral da Lapa, porém sua suplência não foi convocada. Líder político até os últimos dias de sua vida. Deixou de ocupar altos cargos na administração estadual pelo fato de não querer se afastar da Lapa e de seus clientes, quase todos a quem atendia ignorando a retribuição a título de honorários. Teve quatro irmãos: Mário, falecido na mocidade, Marieta, Jayme, todos falecidos na Bahia e Aloysio, também médico dos mais brilhantes que a Lapa possuiu. Cidadão Honorário da cidade da Lapa, título do qual muito se orgulhava e honrava. Apegou-se à terra lapeana e sua gente de maneira plena, tendo aí constituído sua família, casando com Da. Alice Araújo Leoni, de cuja união deixou três filhos: Sérgio, Solange e Cesar. Aposentou-se como funcionário da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e faleceu no dia 4 de março de 1976. Esses são os dados biográficos do ilustre homenageado e as razões porque oferecemos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, contando com o seu apoio para a conseqüente aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei Número 70/77

1. De autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, visa o presente Plano de Lei denominar "PEDRO PASSOS LEONI", o Grupo Escolar localizado na Vila José Lacerda,

da cidade da Lapa.

2. O projeto vem articulado e plenamente justificado, obedecendo, assim, o que estabelece o art. 123, do Regimento Interno.

3. Referida proposição não apresenta qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa impedir sua normal tramitação.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa que acompanha o projeto.

4. Isto posto, opinamos favoravelmente ao projeto de lei ora em exame, obedecido, porém, o substitutivo geral que nesta oportunidade apresentamos, para melhor atender a técnica legislativa.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1977

(aa) Paulo Camargo, Presidente;
Maurício Fruet, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao

Projeto de Lei Número 70/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica denominado “PEDRO PASSOS LEONI”, o Grupo Escolar localizado na Vila José Lacerda, na cidade da Lapa.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1.977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente;
Maurício Fruet, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 80/77, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS “PADRE ANCHIETA”, com sede e foro na cidade de Goioerê. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 80/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS “PADRE ANCHIETA”, com sede e foro na cidade de Goioerê.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1.977

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

A entidade que estamos propondo seja reconhecida de utilidade pública estadual, vem desenvolvendo suas atividades desde a sua fundação em 1974, e prestando inúmeros e inestimáveis serviços à comunidade de Goioerê.

O seu trabalho já mereceu o reconhecimento municipal de Goioerê, através da Lei Municipal No. 802/05/76 de 22 de dezembro de 1976.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das exigências legais para tal reconhecimento.

Assim, é, que esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei Número 80/77

De autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, tem por finalidade o presente projeto de lei declarar de utili-

dade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS “PADRE ANCHIETA”, com sede e foro na cidade de Goioerê, neste Estado.

A entidade acima pretende ser declarada de utilidade pública e, para isso, apresenta a documentação necessária, satisfazendo todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria. Por outro lado, verifica-se que a mesma, sem dúvida, presta relevantes serviços à sua comunidade no atendimento ao problema dos excepcionais, desinteressadamente, sem visar lucros ou dividendos e os membros da sua Diretoria não recebem qualquer remuneração.

Desta forma, não vemos impedimento algum de ordem constitucional ou legal que possa obstar a sua tramitação por esta Casa e o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente;
Ezequias Losso, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 87/77, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública o “CONSELHO PARTICULAR DE MARINGÁ DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO”, com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 87/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o “CONSELHO PARTICULAR DE MARINGÁ, DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO”, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social junto a comunidade de Maringá.

Devidamente registrada, possui os requisitos essenciais para que o Poder Público a reconheça de utilidade pública, a fim de que a mesma possa usufruir dos benefícios legais.

Com a documentação que anexamos ao presente, temos a certeza de contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei Número 87/77

De autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública o “CONSELHO PARTICULAR DE MARINGÁ DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO”, com sede e foro na cidade de Maringá.

Analisando-se o processo, a justificativa e a documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1977

(aa) Paulo Camargo, Presidente;
Waldenício Barbalho, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 91/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 75/77, encaminhando antepro-

jeto de lei que objetiva prorrogar até 30 de junho de 1979, os efeitos da Lei 6547, de 6/6/74. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI NÚMERO 91/27

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1o. — Ficam prorrogados até 30 de junho de 1979 os efeitos da Lei 6547m de 05/06/74.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 91/77

Oriundo da Mensagem Governamental 75/77, o presente Projeto de Lei 91/77, tem por finalidade prorrogar, até 30 de junho de 1979, os efeitos da Lei 6547 de 6/6/74.

A referida Lei, versa sobre Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado e prevê restrições de remuneração para policiais-militares que estiverem no exercício de funções que especifica.

Justificando a medida proposta, esclarece S. Exa., o Sr. Governador do Estado, que a prorrogação do dispositivo acima citado, vem ao encontro aos superiores interesses da Administração do Estado, isto porque, trará condições para que os Órgãos da Polícia Civil do Estado, possam por mais algum tempo, contar com a colaboração de integrantes da Polícia Militar do Estado.

Constitucionalmente, a matéria não encontra restrições para a sua tramitação por esta Casa. Quanto ao mérito da proposição, temos que, face as alegações apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo, a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1977

(aa) Paulo Camargo, Presidente;

Fabiano Braga Côrtes, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei Número 91/77

1. O presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental 75/77, de 27 de junho de 1977, objetiva prorrogar os efeitos da Lei 6547, até 30 de junho de 1979, a fim de permitir que Policiais Militares continuem colaborando com a Polícia Civil, até que esta venha a contar com um quadro de pessoal que atenda plenamente às suas reais finalidades.

2. A douta Comissão de Constituição e Justiça opinou pela aprovação do projeto, por considerá-lo justo, oportuno e não colidir com qualquer disposição legal ou constitucional.

3. Quanto ao aspecto financeiro, o projeto não fere qualquer das normas vigentes, estando, portanto, em condições de merecer a aprovação da Assembléia.

É o nosso parecer pela aprovação do projeto, s.m.j.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1977.

(aa) Erondy Silvério, Presidente;

Edilson Alencar, Relator.

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, parece que, mais uma vez, esta Casa, se verá forçada a agir, dando convalidação a um absurdo e a uma aberração.

O projeto de lei de iniciativa governamental, objetiva prorrogar até 30 de junho de 1979, portanto, cerca de mais 2 anos, os efeitos da lei 6547, que dá condições a que integrantes da Polícia Militar exerçam funções na Polícia Civil.

A Polícia Militar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e, antes de entrar neste aspecto, a argumentação governamental frágil, não atende ao que deve, ao que devia atender; apenas, força e coloca esta Casa diante de um problema — se não der a autorização pretendida pelo Governo, criaríamos uma série de constrangimentos; levaríamos, quem sabe até, alguns colegas ao organismo policial do Estado. Conferindo a autorização que pretende o Governo, nós estaríamos proporcionando que a omissão, que a falta de atenção, que a falta de trabalho, que a falta de cuidado no trato da coisa pública, seja convalidado e continue neste Estado.

A argumentação governamental, apenas nos força a esta opção, sabendo de antemão que esta Casa pela responsabilidade que tem, este Poder pela importância que tem, jamais haverá de permitir de ser responsável pelo colapso da organização policial, embora isto devesse ser carregado, devesse ser debitado à inoperância dos que têm a responsabilidade de tratar desse assunto.

Vou em frente, Sr. Presidente, matéria que me parece de grande importância, merece, não sei, mas merece parecer de apenas duas comissões da Casa: — A de Finanças e a de Constituição e Justiça.

Fica a Comissão de Constituição e Justiça, com o aspecto constitucional e, constitucional, é a matéria.

A Comissão de Finanças faz menção ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça, para dizer que nada obsta e nada tem a opor.

A comissão técnica específica, que seria a Comissão de Polícia, não foi ouvida.

Não sei como deve a Mesa proceder sem convocar parecer da Comissão de Polícia, ou permitir que a Casa vote matéria sem maior conhecimento.

A verdade, Sr. Presidente, é que a Polícia Militar do Estado do Paraná, tem, hoje, um efetivo de nove mil homens, aproximadamente.

Destes nove mil homens, mais de 10 por cento, mais de mil deles exercem cargos na Polícia Civil, de Escrivão, de Delegado, Cargos Burocráticos e outros quaisquer.

Mais de mil homens da Polícia Militar exercem cargos na Polícia Civil.

É um desfalque grave, é um desfalque efetivo do contingente da Polícia Militar.

Retira-se daquela Corporação um número considerável de pessoas, um número considerável de soldados e de oficiais para prestar serviços em outra área.

De outro lado, formados, habituados, orientados, estudados para prestar um tipo de atuação e atividade, estes homens são deslocados para uma outra atividade que não lhes é afim, que não lhe é, para qual foram preparados.

Diante disso, Sr. Presidente, e aí estão as distorções, aí estão os problemas diariamente levantados nesta Casa.

Aí está a imprensa todo o dia a noticiar o que ocorre no seio da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Esta Casa, ao invés e me parece esse seria o caminho, de apelar, de sugerir, de impôr ao Governo que resolvesse esta questão de uma vez, dando à Polícia Civil o número de funcionários que ela precisa, conferindo-lhes as condições de que necessita, esta Casa vai convalidar apenas e tão somente um paliativo, vai permitir que continue a situação, não resolvendo o problema da Polícia Civil.

E, de outro lado, criando problema na área da Polícia Militar.

Caberia, na minha maneira de entender, ao Governo do Estado, criar as vagas necessárias na Polícia Civil; criar os cargos

necessários; preenchê-los com pessoal competente e dar à Polícia Militar o número de pessoas de que realmente necessita, para que este Estado tenha paz, tranquilidade e receba o policiamento efetivo que deve receber.

A situação da Casa ou pessoalmente minha, Sr. Presidente, é constrangedora. Votar contra seria impedir que uma situação fosse consolidada. De outro lado, votar a favor é permitir que o problema continue.

Vou, Sr. Presidente, hoje, votar favoravelmente, para amanhã, em 2.ª discussão, apresentar emenda a este projeto, reduzindo o prazo que pede o Governo. Parece-me, dois anos, é um lapso de tempo muito grande, Sr. Presidente, para que a situação perca sem solução. Em tempo muito menor, pode o Governo criar os cargos que sugeri, pode preenchê-los devolvendo a tranquilidade à Polícia Militar e enfim, organizar a Polícia Civil deste Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência, antes de mais nada, informa aos Srs. Deputados que está se apressando para incluir na Ordem do Dia, Mensagem Governamental que se encontra nesta Casa há cerca de 90 dias, e que cria o Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado, cargo de Delegado de carreira, de Agente de Polícia, de Detetives, enfim, todos os cargos da Polícia Civil, alguns deles ocupados pela Polícia Militar do Estado.

Informa a Presidência que a Mensagem atual, em Regime de Urgência, aprovado por este Plenário, também deu entrada nesta Casa, a 27 de julho do corrente ano, portanto há cerca de 90 dias. E a Presidência, não raras vezes acionou as Comissões Técnicas solicitando delas exarassem regimentalmente o prazo regimental com os Pareceres a que foram instadas a emitir.

Regimentalmente, por estar com parecer de duas Comissões Técnicas e em regime de urgência, a Presidência a colocou na Ordem do Dia, objeto agora de discussão e votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, permita-me agradecer a V. Exa., porque dá ciência à Casa da existência exatamente de matéria que apelava que o Governo mandasse. Se V. Exa. assim procede e dá esse conhecimento de que o Governo já adotou esta providência, me parece que está bem o convalidar que isto vem ratificar o raciocínio desenvolvido.

Portanto, não precisa, efetivamente, o Governo do Estado do elástico prazo que pede, para a prorrogação dessas vantagens.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência não pretende questionar a matéria. Tão somente deve também adiantar que não é esta a primeira vez que este Poder prorroga o prazo de vigência do artigo citado e quem pretende se prorrogar.

Continua em discussão a matéria. Encerrada a discussão. Em votação. — APROVADO.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 263/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 423/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o Município de TERRA BOA, objetivando reparos nos prédios dos Grupos Escolares “Manoel Antônio da Cunha” e “Ney Braga”, na sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 264/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 424/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de QUEDAS DO IGUAÇU, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Tiradentes, na sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 265/77, de au-

toria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 425/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA CECILIA DO PAVÃO, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual Santa Cecília do Pavão, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 266/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 426/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA AMÉRICA DA COLINA, objetivando reparos nos prédios do Grupo Escolar Ruy Barbosa e das Casas Escolares da Seção Cedro e do Patrimônio do Cedro, localizados naquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 267/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 427/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BARRA DO JACARÉ, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual Barra do Jacaré, na sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 268/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 429/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JATAIZINHO, objetivando reparos nos prédios dos Grupos Escolares Jana H. M. Borba e Pedro Viriato Parigot de Souza, da sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 269/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 430/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARIALVA, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar de Marialva, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 270/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 435/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Vila Urupês, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 271/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 436/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de IVATUBA, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Afrânio Peixoto, na sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 272/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 81/77, ex-Proposição no. 439/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de CAFEARA, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, naquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares,

Líder da ARENA e do Governo, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira e Augusto Carneiro, para integrarem a Comissão Especial, requerida para investigar problemas relacionados com a ação policial no Município de Araucária. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Pavan, ocorrido na cidade de Jardim Alegre. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ernesto Gnoato e Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Demétrio Assis Benvenuti. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei no. 123/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com os trabalhadores em radiodifusão em nosso Estado, pelo transcurso, hoje, do "Dia do Radialista". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do "Dia do Radialista". — APROVADO.

A Presidência, em nome da Mesa, se associa às manifestações e às homenagens prestadas pela Casa, aos profissionais da Radiodifusão, no dia consagrado aos radialistas. E faz votos para que a classe como sempre, continue sendo neste País, o exemplo de dedicação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao co-estaduano Raymundo Augusto da Silva, por ter sido escolhido "Operário Padrão 77", mercê de sua meritória atuação como trabalhador, além de exemplar chefe de família e cidadão que cumpre com seus deveres. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros da Fazenda e da Agricultura, Presidente do Instituto Brasileiro do Café e ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A., no sentido de que sejam tomadas providências adequadas e concedidos créditos especiais aos cafeicultores paranaenses para fazer frente aos prejuízos que o chamado "bicho-mineiro" vem fazendo às lavouras de café. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao Município de Jardim Alegre, através de seu Prefeito Municipal, Sr. Messias Luiz Batista, por haver sediado o 1o. JAVIS (1o. Jogos Abertos do Vale do Ivaí), de 10 a 17 do corrente. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura consubstanciado em apelo, no sentido de que seja dado maior incentivo ao esporte amador, através das prefeituras municipais, com recursos da Loteria Esportiva. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Delegado Estadual do IBDF, Sr. Humberto José Jusi, pelo fornecimento de 100.000 mudas de árvores que foram distribuídas ao povo paranaense em comemoração e abertura da "Semana da Árvore". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado

expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar à Secretaria de Recursos Humanos, a prestação de informações referente à gratificação por conta de risco de vida. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine à PARANATUR, visando efetivação de estudos, levantamentos e medidas para exploração turística de Santo Cavalcanti, no Município de Tomazina. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jorge Sato, Gabriel Sampaio, Antônio Facci, Valter Pietrângelo e Renato Bernardi, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do médico, compositor e grande patricio, Joubert de Carvalho. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de dotar a Delegacia de Polícia do Município de Ortigueira, de condições materiais e humanas que se fazem necessárias. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de agilizar a 10a. Sub-Divisão de Polícia de Londrina, e utilizar o efetivo da Polícia Militar do Paraná lotados no 5o. Batalhão com sede naquela cidade com o retorno das duplas "Cosme e Damião" para minimizar o elevado índice de furtos. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República e Ministro da Agricultura, sugerindo a adoção de leis especiais que possam por um parafuso à caça predatória e indiscriminada que hoje se faz no Pantanal de Mato Grosso, poupando-se uma das maiores reservas da fauna e da flora brasileira. — APROVADO.

A Presidência informa que as Lideranças da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro, acertaram com os diretores da INEPAR, uma visita que os Srs. Parlamentares farão às instalações daquela indústria de material eletrônico, uma das maiores da América do Sul, na Cidade Industrial de Curitiba, para a próxima quarta-feira, dia 28, às 17,00 horas. Haverá no pátio do Palácio 19 de Dezembro, condução para os Srs. Deputados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dis Projetos de Lei nos. 83/77, 70, 80, 87 e 91/77.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nos. 263/77, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271 e 272.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nos. 273/77, 274, 275, 277, 278, 279, 281, 282, 284, 285, 85 e 81/77;

marcando ainda uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 98/77, e de Resolução nos. 211/77, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, e 252/77.

Levanta-se a Sessão.